

2

12

Empresa PENAPARQUE 2, E.M.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o período findo em 30 de junho de 2025

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 30 de junho de 2025	
<u>BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2025</u>	3
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025</u>	5
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025</u>	6
<u>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025</u>	7
1. <u>Identificação da entidade</u>	7
2. <u>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</u>	7
3. <u>Adopção pela primeira vez das NCRE</u>	8
4. <u>Principais políticas contabilísticas</u>	8
5. <u>Fluxos de caixa</u>	12
6. <u>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros</u>	12
7. <u>Partes relacionadas</u>	13
8. <u>Ativos fixos tangíveis</u>	14
9. <u>Investimentos Financeiros</u>	15
10. <u>Inventários</u>	15
11. <u>Réditos</u>	16
12. <u>Clientes</u>	17
13. <u>Fornecedores e outros devedores e credores</u>	18
14. <u>Estado e Outros Entes Públicos</u>	19
15. <u>Resultados Financeiros</u>	19
16. <u>Fornecimento e Serviços Externos</u>	20
17. <u>Gastos com Pessoal</u>	20
18. <u>Outros Rendimentos e Ganhos</u>	21
18. <u>Outros Gastos e Perdas</u>	21
19. <u>Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas</u>	22
20. <u>Instrumentos Financeiros</u>	22
21. <u>Capital Próprio</u>	22
22. <u>Honorários do Revisor Oficial de Contas</u>	23
23. <u>Acontecimentos após a data do Balanço</u>	23
24. <u>Informações Exigidas por Diplomas Legais</u>	23
25. <u>Data de Autorização para Emissão</u>	24
26. <u>Outras Informações</u>	24

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2025

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM. EQUIP. MUNIC. PENACOVA, E.M._506.963.802

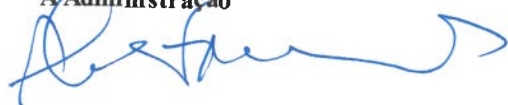
Balanço Individual em 30 de junho de 2025

Valor em Euros

RUBRICAS	Períodos	
	30 JUNH - 1º SEM 2025	31 DEZ - EX 2024
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	121.749,92	124.191,22
Outros Investimentos Financeiros	2.424,39	2.424,39
	124.174,31	126.615,61
Activo corrente		
Inventários	16.381,25	7.401,77
Clientes	39.191,07	30.695,25
Estado e outros entes públicos	83,72	83,72
Outros créditos a receber	48,00	0,00
Diferimentos	2.645,46	3.852,86
Caixa e depósitos bancários	37.091,41	34.556,39
	95.440,91	76.589,99
Total do ACTIVO	219.615,22	203.205,60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	11.337,88	11.285,17
Outras reservas	81.525,08	81.050,71
Resultado líquido do período	22.519,89	527,08
Total do Capital Próprio	165.382,85	142.862,96
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Outras dívidas a pagar	3.600,00	3.600,00
	3.600,00	3.600,00
Passivo corrente		
Fornecedores	10.643,92	5.934,93
Estado e outros entes públicos	14.248,16	8.111,43
Outras dívidas a pagar	16.375,33	34.484,77
Diferimentos	9.364,96	8.211,51
Total do Passivo	50.632,37	56.742,64
Total do Capital Próprio e do Passivo	219.615,22	203.205,60

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração




O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Resultados Individuais

Exercício Findo em 30 de Junho de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS		Valores em euros	
		Períodos	
		30 JUNH - 1º SEM 2025	31 DEZ - EX 2024
Vendas e serviços prestados	+	100.052,69	183.547,82
Subsídios à exploração	+	102.586,03	180.884,93
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(7.572,08)	(13.655,73)
Fornecimentos e serviços externos	-	(22.983,41)	(59.108,65)
Gastos com pessoal	-	(140.252,96)	(289.254,11)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	1.400,00	4.600,00
Outros rendimentos	+	8,41	10.040,05
Outros gastos	-	(3.355,90)	(2.318,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	29.882,78	14.735,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(7.362,89)	(13.907,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	22.519,89	828,05
Juros e gastos similares suportados	-		(0,01)
Resultado antes de impostos	=	22.519,89	828,04
Imposto sobre rendimento do período	-/+		(300,96)
Resultado líquido do período	=	22.519,89	527,08

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração

O Contabilista Certificado

Hélia Sato

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração de Fluxos de Caixa em 30 de junho de 2025

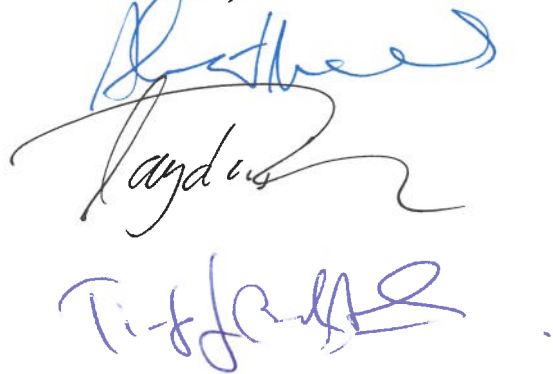
Valores Euros

RUBRICAS			Períodos	
			30 JUNH - 1º SEM 2025	31 DEZ - EX 2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		+	105.069,46	207.319,75
Pagamentos a fornecedores		-	(37.562,33)	(77.526,59)
Pagamentos ao pessoal		-	(113.503,76)	(205.236,61)
Caixa gerada pelas operações		+/-	(45.996,63)	(75.443,45)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	(1.527,60)	(932,36)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	54.548,73	98.605,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	7.024,50	22.229,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	(4.489,48)	(20.280,17)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(4.489,48)	(20.280,17)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		2.535,02	1.949,02
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	34.556,39	32.607,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	37.091,41	34.556,39

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração

O Contabilista Certificado




DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2024

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	50.000,00	0,00	0,00	0,00	11.249,11	80.726,12		0,00	0,00	0,00	360,65	142.335,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						36,06	324,59					-360,65	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	36,06	324,59	0,00	0,00	0,00	0,00	-360,65	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											527,08	527,08
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											166,43	527,08
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	6=1+2+3+4+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	11.285,17	81.050,71	0,00	0,00	0,00	0,00	527,08	142.862,96

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração

O Contabilista Certificado

Hélia Sado

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

PENAPARQUE2 - GESTÃO E PROM EQUIP MUNIC PENACOVA, E.M._506.963.802

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2025_1º SEM

(Valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	50.000,00	0,00	0,00	0,00	11.285,17	81.050,71	0,00	0,00	0,00	0,00	527,08	142.862,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						52,71	474,37	0,00			0,00	-527,08	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	52,71	474,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-527,08	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											22.519,89	22.519,89
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											21.992,81	22.519,89
OUTRAS OPERAÇÕES	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	11=7+8+10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	11.337,88	81.525,08	0,00	0,00	0,00	0,00	22.519,89	165.382,85

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração

O Contabilista Certificado

Hélia Sado

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

1 - Identificação da entidade

- 1.1 Designação da entidade: Penaparque 2 -Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M.
- 1.2 Morada: Parque Industrial da Espinheira, sala 8, 3360-287 Espinheira
- 1.3 Número de Identificação Fiscal: 506 963 802
- 1.4 Natureza da Atividade: Gestão e manutenção de Espaços Industriais e Comerciais, de Parques Desportivos, Pavilhões Gimnodesportivos e Piscinas, de Espaços de Estacionamento Público, de Investimentos Turísticos, designadamente: Parques de Campismo; Participações do Município em Estabelecimentos Hoteleiros (no âmbito de participações locais avançadas pelo Município); Espaços Verdes e de lazer. Organização e promoção de eventos. A promoção de ações e gestão de serviços de proteção ambiental e florestal, cumprindo obrigações específicas na proteção do ambiente de acordo com a alínea f) do nº1 do artigo 46º da Lei 50/2012 de 31/8, agregando a floresta na relação ambiental. A promoção, gestão de espaços, ações e eventos culturais, bem como organização e realização de festividades. A promoção e gestão de equipamentos de participações em projetos energéticos (no âmbito de participações locais avançadas pelo Município). A gestão da manutenção e exploração da rede rodoviária (enquanto equipamento), incluindo movimentações de solos em redes, e de redes de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de esgotos. A promoção da empregabilidade de Municípios do Concelho de Penacova.
- 1.5 Conservatória: Registo Comercial e Predial de Penacova
- 1.6 Capital Social: 50.000€
- 1.7 Período das Demonstrações Financeiras: Período findo em 30 de junho de 2025.

2 – Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 298/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no

pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3- Adoção pela primeira vez das NCRF – Divulgação Transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

4 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Penaparque 2 -Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E.M. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários,

denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais” para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos Fixos Tangíveis

“Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e gastos” ou “Outros ganhos e perdas”. “

4.3 Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior utiliza-se o custo médio como fórmula de custeio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

4.4 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.5 Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” não têm implícitos juros e são registados pelo custo diminuído de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por Imparidade Acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

4.6 Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

4.7 Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

4.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

4.9 Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

4.9 Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

4.10 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

4.11 Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.12 Provisões

A
R
X
B

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na impossibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

4.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expetativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

4.14 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5 -Fluxos de Caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários em 30 de junho de 2025.

Meios Financeiros Líquidos	1º SEM 2025	2024
Caixa	2.716,49 €	1.797,47 €
Depósitos à ordem	34.374,92 €	32.758,92 €
CCAM_Penacova	34.374,92 €	32.758,92 €
Total de caixa e depósitos bancários	37.091,41 €	34.556,39 €

6 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis: As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

De acordo com a NCRF 4, os erros de períodos anteriores são omissões e declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação fiável que estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e que se poderia razoavelmente esperar que tivesse sido obtida, e tomada em consideração na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras. Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contabilísticas, descuidos ou interpretações incorretas de factos e fraudes.

No presente exercício não foram detetados erros fundamentais nem foram alteradas as políticas e as estimativas contabilísticas.

7 - Partes Relacionadas

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelo Município de Penacova com o número de contribuinte 506 657 957, detendo 100% do capital social, no valor de 50.000,00€.

TRANSAÇÕES COM O MUNICÍPIO DE PENACOVA	1º SEM 2025
Activo	
Venda de mercadorias	201,81 €
Avença Parque de Estacionamento	1 260,00 €
Contratos Programa:	102 586,03 €
Infraestruturas Turísticas (M. M. /P. T. /P. T. EN2)	24 469,26 €
Mosteiro de Lorvão	12 260,23 €
Gestão de Espaços Verdes e Lazer	65 856,54 €
Capital Proprio	
Capital Social	50 000,00 €
Passivo	
Água	646,16 €

MUNICÍPIO DE PENACOVA	1º SEM 2025
Saldo de cliente	210,00 €
Saldo Fornecedor	- 70,25 €
Saldo Out. Dev./Cred.	- €
Total	139,75 €

8 - Ativos Fixos Tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

Ativos fixos tangíveis	2024					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	88 897,32 €	52 897,78 €	33 216,56 €	38 033,23 €	62 192,75 €	275 237,64 €
Adições	10 291,60 €	3 474,00 €	939,64 €	6 162,66 €	- €	20 867,90 €
Retiradas_Abates						- €
Saldo Final	99 188,92 €	56 371,78 €	34 156,20 €	44 195,89 €	62 192,75 €	296 105,54 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 62 844,79 €	- 40 019,18 €	- 31 138,63 €	- 24 003,84 €	- €	- 158 006,44 €
Adições	- 5 292,03 €	- 4 006,31 €	- 794,49 €	- 3 815,05 €	- €	- 13 907,88 €
Retiradas_Abates						- €
Saldo Final	- 68 136,82 €	- 44 025,49 €	- 31 933,12 €	- 27 818,89 €	- €	- 171 914,32 €
Quantia escriturada	31 052,10 €	12 346,29 €	2 223,08 €	16 377,00 €	62 192,75 €	124 191,22 €

Ativos fixos tangíveis	1ºSEM 2025					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso em Propriedade Alheia	
Quantia escriturada bruta						
Saldo Inicial	99 188,92 €	56 371,78 €	34 156,20 €	44 195,89 €	62 192,75 €	296 105,54 €
Adições	2 220,15 €			2 701,44 €		4 921,59 €
Saldo Final	101 409,07 €	56 371,78 €	34 156,20 €	46 897,33 €	62 192,75 €	301 027,13 €
Depreciações acumuladas						
Saldo Inicial	- 68 136,82 €	- 44 025,49 €	- 31 933,12 €	- 27 818,89 €	- €	- 171 914,32 €
Adições	- 2 369,38 €	- 2 024,75 €	- 432,88 €	- 2 535,88 €	- €	- 7 362,89 €
Saldo Final	- 70 506,20 €	- 46 050,24 €	- 32 366,00 €	- 30 354,77 €	- €	- 179 277,21 €
Quantia escriturada	30 902,87 €	10 321,54 €	1 790,20 €	16 542,56 €	62 192,75 €	121 749,92 €

8.1.1 Depreciações, reconhecidas nos resultados durante o período:

A
a
X

Depreciações do período	1º SEM 2025	2024
Edifícios e outras construções	2 369,38 €	5 292,03 €
Equipamento básico	2 024,75 €	4 006,31 €
Equipamento administrativo	432,88 €	794,49 €
Outros ativos fixos tangíveis	2 535,88 €	3 815,05 €
Total	7 362,89 €	13 907,88 €

8.1.2 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	1º SEM 2025	2024
Edifícios e outras construções	70 506,20 €	68 136,82 €
Equipamento básico	46 050,24 €	44 025,49 €
Equipamento administrativo	32 366,00 €	31 933,12 €
Outros ativos fixos tangíveis	30 354,77 €	27 818,89 €
Total	179 277,21 €	171 914,32 €

8.2 Investimentos em Curso:

Investimentos em curso	1º SEM 2025	2024	Total
Quantia escriturada bruta			
Saldo Inicial	62 192,75 €	62 192,75 €	62 192,75 €
Adições:			
Obras no Lote C21 Parque Industrial Alagoa	- €	- €	- €
Saldo Final	62 192,75 €	62 192,75 €	62 192,75 €

9 - Investimentos financeiros

Esta rubrica inclui as entregas mensais efetuadas para o Fundo de Compensação do Trabalho até 2023, menos os reembolsos solicitados e, que são reconhecidas como um ativo financeiro da entidade.

Fundos de Compensação	1º SEM 2025	2024
Quantia escriturada bruta		
Saldo Inicial	2 424,39 €	2 424,39 €
Saldo Final	2 424,39 €	2 424,39 €

10 - Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Inventários	1º SEM 2025	2024
Mercadorias	15 009,79 €	6 523,95 €
Museu do Moinho	644,54	654,50
Posto de Turismo	2 846,38	2 568,38
Mosteiro de Lorvão	10 866,98	2 895,48
PT EN2	651,89	405,59
Matérias Primas	1 371,46 €	877,82 €
PIE_Cantina	1 371,46	877,82
Total	16 381,25 €	7 401,77 €

10.2 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

CMVMC	1º SEM 2025				2024			
	Mercadorias	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Total	Mercadorias	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Total
Saldo inicial	6 523,95 €	877,82 €	- €	7 401,77 €	5 753,59 €	683,11 €	- €	6 436,70 €
Regularizações	- €	- €	- €	- €	887,33 €	15,48 €	- €	902,81 €
Compras	11 308,08 €	5 195,73 €	47,75 €	16 551,56 €	4 893,29 €	8 188,37 €	667,29 €	13 748,95 €
Saldo final	15 009,79 €	1 371,46 €	- €	16 381,25 €	6 523,95 €	877,82 €	- €	7 401,77 €
CMVMC	2 822,24 €	4 702,09 €	47,75 €	7 572,08 €	5 010,26 €	7 978,18 €	667,29 €	13 655,73 €

11 - Réditos

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestação de Serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com um grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Réditos	2024	2023
Vendas de Mercadorias	9.798,37 €	7.647,70 €
Museu do Moinho	532,87 €	767,08 €
Posto de Turismo	847,41 €	641,94 €
Mosteiro de Lorvão	6.713,22 €	4.312,65 €
Posto de Turismo EN2	1.704,87 €	1.926,03 €
Prestações de serviços	173.749,45 €	170.707,98 €
Rendas	101.841,28 €	103.131,02 €
Rendas Parq. Industrial Espinheira:	63.690,00 €	62.680,00 €
- Pavilhões	55.400,00 €	52.300,00 €
- Bloco Administrativo	6.940,00 €	8.580,00 €
- Cozinha de Formação	1.350,00 €	1.800,00 €
Rendas Lojas Parq. Estacionamento	14.400,00 €	14.400,00 €
Outras Rendas/Concessões:	23.751,28 €	26.051,02 €
- Bar Reconquinho	5.200,00 €	5.200,00 €
- Bar 21	5.323,32 €	5.323,32 €
- Parque de Campismo	2.607,96 €	1.907,70 €
- Café Turismo	6.960,00 €	6.960,00 €
- Restaurante Piscinas	3.150,00 €	1.800,00 €
- Restaurante Panorâmico	510,00 €	4.860,00 €
Outros Serviços	71.908,17 €	67.576,96 €
Cantina - Parque Industrial Espinheira	18.395,27 €	16.261,68 €
Parcómetros	5.679,27 €	5.501,63 €
Parque de Estacionamento:	14.610,92 €	13.761,81 €
- Avenças	10.158,43 €	9.963,33 €
- Estacionamento	4.452,49 €	3.798,48 €
Entradas no Museu do Moinho	2.012,02 €	1.891,18 €
Entradas no Centro Interp. Mosteiro de Lorvão	16.403,38 €	13.248,26 €
Entradas no Centro Interp. Do Palito	1.066,51 €	
Estadias P. Campismo	- €	642,78 €
Espaços Verdes_Serv. Prestados	3.679,23 €	3.162,10 €
Outros Serviços	10.061,57 €	13.107,52 €
Total	183.547,82 €	178.355,68 €

12 – Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta o seguinte detalhe:

12.1 Quantia de clientes registada em “clientes conta corrente”, “clientes cobrança duvidosa” e “clientes perdas por imparidade”

A
R
X
S

Cientes	1º SEM 2025	2024
Cientes		
Cientes conta corrente	39.191,07	30.695,25
Cientes de cobrança duvidosa	35.096,26	36.496,26
Saldo inicial	36.496,26	41.096,26
Reversões	1.400,00	4.600,00
Perdas por imparidade acumuladas	35.096,26	36.496,26
Saldo inicial	36.496,26	41.096,26
Reversões	1.400,00	4.600,00
Total	39.191,07	30.695,25

Cientes_Perdas p/Imparidades

1º SEM 2025

Saldo a 1 de Janeiro	36.496,26
Aumento	0,00
Reversão	-1.400,00
Regularizações	0,00
	35.096,26

Perdas de imparidade	1º SEM 2025	2024
Reversões	1.400,00 €	4.600,00 €
Total	1.400,00 €	4.600,00 €

12.2 Registo de outras contas a receber e diferimentos

Outras contas a receber e Diferimentos	1º SEM 2025	2024
Cientes	39.191,07 €	30.695,25 €
Outras contas a receber	48,00 €	- €
Diferimentos	2.645,46 €	3.852,86 €
Total	41.884,53 €	34.548,11 €

13 – Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do 1º semestre de 2025 e exercício 2024 apresenta o seguinte detalhe:

Fornecedores e Financiamentos	1º SEM 2025	2024
Fornecedores	10.643,92 €	5.934,93 €
Total	10.643,92 €	5.934,93 €

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Outras contas a pagar e Diferimentos	1º SEM 2025	2024
Outras contas a pagar:	19.975,33 €	38.084,77 €
Credores por acréscimos de gastos	16.375,33 €	34.003,53 €
Fabrica da Igreja Paroquial de Lorvão	- €	481,24 €
Outros (Cauções de clientes)	3.600,00 €	3.600,00 €
Diferimentos	9.364,96 €	8.211,51 €
Total	29.340,29 €	46.296,28 €

14 – Estado e outros Entes Públicos

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Estado e outros Entes Públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

EOEP	1º SEM 2025	2024
IRC_Imposto a recuperar	- €	- €
Pagamentos por conta	- €	- €
Imposto estimado	- €	- €
Outros Impostos	83,72 €	83,72 €
Total Ativo	83,72 €	83,72 €
Imposto s/ o rendimento das pessoas singulares	556,00 €	192,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	2 071,79 €	2 168,10 €
Contribuições para a segurança social	11 620,37 €	5 450,37 €
Imposto s/ o rendimento das pessoas coletivas:	0,00 €	300,96 €
Imposto estimado	0,00 €	300,96 €
Total Passivo	14 248,16 €	8 111,43 €

15 – Resultados Financeiros

O Quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros dos períodos do 1º semestre de 2025 e 2024:

Gastos e Perdas de Financiamento	1º SEM 2025	2024
Juros de Mora e Compensatórios	- €	0,01 €
Total	0,00 €	0,01 €

16 – Fornecimentos e Serviços Externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

FSE	1º SEM 2025	2024
Serviços especializados:	11.247,22 €	38.088,69 €
Trabalhos Especializados	5.589,97 €	17.755,16 €
Publicidade e Propaganda	- €	195,00 €
Honorarios	880,00 €	6.916,17 €
Conservação e Reparação	4.269,40 €	12.351,16 €
Serviços Bancários	507,85 €	871,20 €
Materiais:	2.236,17 €	3.285,87 €
Ferramentas e Utensílios	997,27 €	2.000,64 €
Material de escritorio	1.017,50 €	951,89 €
Artigos para oferta	221,40 €	333,34 €
Energia e fluídos:	4.957,40 €	10.330,23 €
Eletricidade	2.888,92 €	6.159,19 €
Combustíveis	1.090,50 €	2.318,85 €
Água	409,70 €	1.010,17 €
Outros	568,28 €	842,02 €
Serviços diversos:	4.542,62 €	7.403,86 €
Comunicações	1.519,50 €	2.886,63 €
Seguros	1.071,48 €	1.593,17 €
Contencioso e Notariado	- €	105,00 €
Limpeza. Higiene e conforto	1.951,64 €	2.819,06 €
Total	22.983,41 €	59.108,65 €

17 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos do 1º semestre de 2025 e de 2024:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Gastos com pessoal	1º SEM 2025	2024
Remunerações do pessoal:	114.775,44	234.412,40
Vencimento, Sub. Ferias, Sub. Natal	101.602,64	210.859,39
Sub. alimentação	11.814,00	21.732,00
Horas Extra	1.358,80	1.821,01
Fundos de compensação	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações:	24.251,10	50.511,78
Pessoal	24.251,10	50.511,78
Seguros de Acidentes de Trabalho:	1.198,41	2.392,51
Pessoal	1.198,41	2.392,51
Outros gastos com pessoal	28,01	1.937,42
Total	140.252,96 €	289.254,11 €

18 – Outros Rendimentos e ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos do 1º semestre de 2025 de 2024:

Outros rendimentos e ganhos	1º SEM 2025	2024
Rendimentos Suplementares	- €	23,20 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	0,02 €
Rendimentos e Ganhos em inventarios	- €	934,09 €
Outros rendimentos e ganhos(FC)	- €	0,00 €
Rendimentos e ganhos em Inv. Não Financ.:	0,00 €	9.082,67 €
Indemnização p/Sinistro	- €	9.082,67 €
Outros	8,41 €	0,07 €
Correcções relativas a períodos anteriores	0,01 €	0,01 €
Outros Rend. Extraordinários	8,40 €	0,06 €
Total	8,41 €	10.040,05 €

18 – Outros Gastos e perdas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a “outros gastos e perdas” dos períodos do 1º semestre de 2025 e do ano de 2024:

Outros gastos e perdas	1º SEM 2025	2024
Impostos	52,50 €	159,76 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	0,01 €
Perdas em Inventarios	- €	17,48 €
Gastos e Perdas em Inv. não Finac.	- €	0,00 €
Outros:	3.303,40 €	2.141,13 €
Correcções relativas a períodos anteriores	- €	0,06 €
Ofertas de Inventarios	- €	44,76 €
Outros	14,55 €	27,81 €
Juros de mora	0,02 €	0,00 €
Apoio concedido	3.213,83 €	2.068,50 €
Multas e Outras Penalidades	75,00 €	- €
Total	3.355,90 €	2.318,44 €

19 - Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas

19.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	1º SEM 2025	2024
Subsídios à exploração		
MUNICÍPIO DE PENACOVA:	102.586,03 €	180.884,93 €
Contratos Programa:	102.586,03 €	180.884,93 €
Infraestruturas Turísticas (M. M. /P. T. /P. T. EN2)	24.469,26 €	40.214,84 €
Mosteiro de Lervão	12.260,23 €	38.017,26 €
Gestão de Espaços Verdes e Lazer	65.856,54 €	102.652,83 €
Total Ativo	102.586,03 €	180.884,93 €

20 – Instrumentos Financeiros

11.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidades acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de

A
A
A
A

financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

21 – Capital Próprio

A 30 de junho de 2025, a entidade detinha um capital próprio de acordo com o mapa abaixo.

Capital Próprio	1º SEM 2025	2024
Capital realizado	50.000,00 €	50.000,00 €
Reservas Legais	11.337,88 €	11.285,17 €
Outras Reservas	81.526,08 €	81.050,71 €
Resultado Líquido do Período	22.519,89 €	527,08 €
Total	165.383,85 €	142.862,96 €

22 – Honorários do Revisor Oficial de Contas

No ano de 2024, os honorários totais faturados pelos Revisor Oficial de Contas (sem IVA) ascenderam a 1400,00€ e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

23 – Acontecimentos após a data do Balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram efetuados os ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

24 – Informações Exigidas por Diplomas Legais

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados. 

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 30 de junho de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

25 - Data de Autorização para Emissão

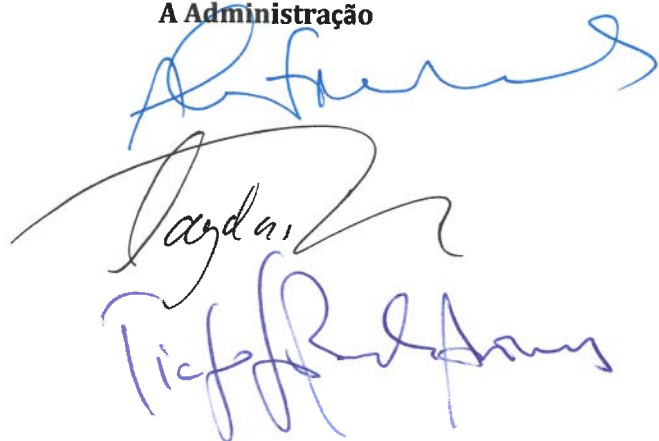
As demonstrações financeiras do 1º semestre de 2025 foram aprovadas pela Administração no dia 9 de setembro de 2025.

26 - Outras Informações

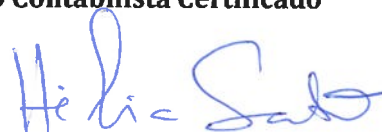
Nada a acrescentar.

Espinheira, 9 de setembro de 2025

A Administração



O Contabilista Certificado



DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

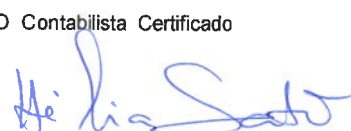
1

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		EX 2025	EX 2024
Vendas e serviços prestados		100 052,69	183 547,82
Subsídios à exploração		102 586,03	180 884,93
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-7 572,08	-13 655,73
Fornecimentos e serviços externos		-22 983,41	-59 108,65
Gastos com o pessoal		-140 252,96	-289 254,11
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		1 400,00	4 600,00
Outros rendimentos		8,41	10 040,05
Outros gastos		-3 355,90	-2 318,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 882,78	14 735,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-7 362,89	-13 907,88
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22 519,89	828,05
Juros e gastos similares suportados		0,00	-0,01
Resultado antes de impostos		22 519,89	828,04
Imposto sobre rendimento do período		0,00	-300,96
Resultado líquido do período		22 519,89	527,08

A Administração

O Contabilista Certificado



Entidade: PENAPARQUE 2, EM_1º SEMESTRE_2025

NIF 506963802

UNIDADE MONETÁRIA (1)

BALANÇO (modelo geral)

EUR

Fator:

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1

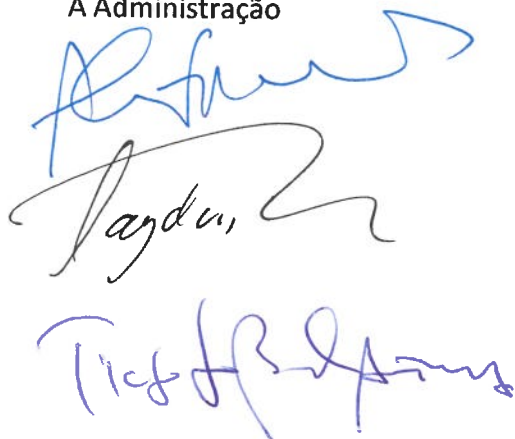
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1

RUBRICAS		DATAS			
ATIVO		NOTAS			
		31 DEZ	EX 2025	31 DEZ	EX 2024
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis		121 749,92		124 191,22	
Outros investimentos financeiros		2 424,39		2 424,39	
		124 174,31		126 615,61	
Ativo corrente					
Inventários		16 381,25		7 401,77	
Clientes		39 191,07		30 695,25	
Estado e outros entes públicos		83,72		83,72	
Outros créditos a receber		48,00		0,00	
Diferimentos		2 645,46		3 852,86	
Caixa e depósitos bancários		37 091,41		34 556,39	
		95 440,91		76 589,99	
Total do ativo		219 615,22		203 205,60	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital subscrito		50 000,00		50 000,00	
Reservas legais		11 337,88		11 285,17	
Outras reservas		81 525,08		81 050,71	
Resultado líquido do período		22 519,89		527,08	
Total do capital próprio		165 382,85		142 862,96	
Passivo					
Passivo não corrente					
Outras dívidas a pagar		3 600,00		3 600,00	
		3 600,00		3 600,00	
Passivo corrente					
Fornecedores		10 643,92		5 934,93	
Estado e outros entes públicos		14 248,16		8 111,43	
Outras dívidas a pagar		16 375,33		34 484,77	
Diferimentos		9 364,96		8 211,51	
		50 632,37		56 742,64	
Total do passivo		54 232,37		60 342,64	
Total do capital próprio e do passivo		219 615,22		203 205,60	

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração



O Contabilista Certificado



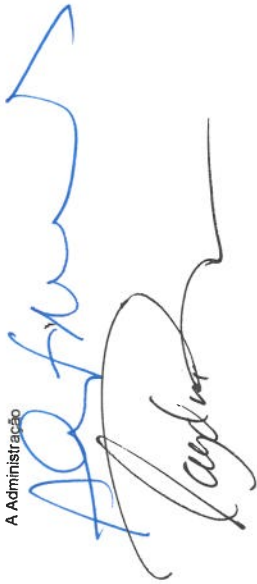
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N (2025)

UNIDADE MONETÁRIA (1)
EUR

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
7		50 000,00	0,00	0,00	0,00	11 285,17	81 050,71	0,00	0,00	0,00	527,08	142 852,98	142 852,98
7	Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00		52,71	474,37	0,00		0,00	-527,08	0,00	0,00
9=7+10	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	52,71	474,37	0,00	0,00	0,00	-527,08	0,00	0,00
9=7+10	RESULTADO INTEGRAL										22 519,89	22 519,89	22 519,89
10	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										21 992,81	22 519,89	22 519,89
10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N	50 000,00	0,00	0,00	0,00	11 337,88	81 525,08	0,00	0,00	0,00	0,00	165 382,85	165 382,85

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

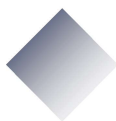


O Contabilista Certificado









RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS

INTRODUÇÃO

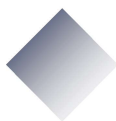
Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamento Municipais de Penacova, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço 30 de junho de 2025 que evidencia um total de 219.615,22 euros e um total de capital próprio de 165.382,85 euros, incluindo um resultado líquido de 22.519,89 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.



Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Penaparque 2 – Gestão e Promoção de Equipamento Municipais de Penacova, E.M., S.A.** em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e informação adicional relativas ao período de seis meses findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Coimbra, 17 de abril de 2026

José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)

Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.